

PODER POLÍTICO, RELIGIÃO E ABSOLUTISMO MONÁRQUICO

Fernando da Conceição Barradas *

Resumo

O período do absolutismo monárquico representou para a Igreja Católica uma fase de profundos constrangimentos no plano político e religioso. Muitos prelados submeteram-se aos príncipes, em detrimento de Roma. E a ideologia liberal posterior viria a consagrar a completa separação entre Igreja e Estado.

Abstract

The period of the monarchical absolutism represented to the Catholic church a stage of deep constraints in the political and religious plan. Many prelates submitted to the princes, to the detriment of Rome. And the posterior liberal ideology would come to consagrate the total separation between Church and State.

Introdução

Na História da Igreja Católica, em nenhum momento, ela foi tão submetida ao poder político

quanto na Idade Moderna do absolutismo monárquico. A hierarquia eclesiástica foi tão subvertida que a autoridade do papa desapareceu. Os bispos e outros membros da Igreja, fiéis aos príncipes, advogavam total separação de Roma. Nada foi tão problemático nessa derrocada católica, quanto a expulsão dos jesuítas de Portugal, Espanha, Áustria, Polônia e outras regiões metropolitanas e coloniais. Por influência dos ideais racionalistas, os déspotas adotam formas diferentes de governar e a Igreja passa a ser um órgão do poder centralizado.

Divergências na França Monárquica

As guerras de religião na França causaram à Igreja, grande ansiedade. A França dividiu-se entre católicos e calvinistas (huguenotes) e essa bipartição foi fértil para que acontecessem as disputas religiosas que migraram para o campo político. Sob Francisco I (1515-1547). A repressão aos protestantes foi rígida, com a expulsão de Calvino para a Suíça. Com Henrique II (1547-1559) foram notáveis os avanços dos calvinistas, pois este rei não os reprimiu. A morte inesperada do rei, vítima de acidente, deixando um filho menor como sucessor, acendeu a luta entre as facções que disputavam o poder. Católicos e calvinistas, diante da oportunidade, vão lutar pelo poder, quando então ocorrem as chamadas guerras das religiões (1562-1598). Deixamos de citar aqui o

* Docente da UNIPAR

enredo dessas lutas que envolveram Catarina de Médici, Coligny, os Guise e Henrique de Navarra como principais personagens, bem como a “Noite de São Bartolomeu” (24 agosto de 1572) como fato marcante, e outros mais, nessas longas guerras religiosas. Embora minoritários, os calvinistas franceses eram muito mais atuantes, especialmente diante de um rei indiferente. Os católicos tiveram mais de vinte mil templos destruídos. Encerrou-se a dinastia de Valois, com o último rei Henrique III (1547-1589) sendo assassinado. A ascensão ao poder dos Bourbons com Henrique IV, por via da guerra sucessória, provocou violenta reação dos católicos que não admitiam ser governados por um rei huguenote. Hábil politicamente, Henrique IV (de Navarra), abjurou em 1594 — um ano após assumir o trono — ao protestantismo, contando com o apoio da maioria dos franceses. Em 1598, publicou o Editto de Nantes, que estabelecia a liberdade religiosa no reino.

Outro movimento religioso que surgiu na França, no século XVII, foi o jansenismo, cujas idéias surgiram no século XVI com Louvain Baius que, a partir do estudo de Santo Agostinho, formulou os princípios básicos. O padre holandês Cornelius Jansen, embora defendesse o catolicismo, era moralmente rigoroso e adotou os princípios de Baius, culminando por publicar o livro chamado *Agostinus*, no qual em suas idéias principais combatia a comunhão freqüente (por ser um sacramento muito importante) e o culto do Sagrado Coração de Jesus. Jansen odiava a Companhia de Jesus com a qual entrou em choque. Duramente perseguido por Luís XIV e Luís XV, foi expulso da França.

Luís XIV e as Contendas com a Igreja

Em 1516 foi firmada uma concordata entre o rei da França e a Santa Sé, dando ao rei direitos em questões eclesiásticas. Luís XIV (1643-1715), exemplo de absolutismo monárquico, começou as divergências, invocando um dos termos dessa concordata, que dava ao rei o direito de usufruir das

rendas de uma diocese durante a ausência do bispo. Essas contendas ocorreram com o Papa Inocêncio XI (1676-1689), que condenou o ato de Luís XIV. Este convocou uma assembléia do clero francês que culminou com uma declaração, em 1682, no seguinte sentido:

1) Os príncipes temporais não estão submetidos ao papa e, por isso, não lhe devem obediência;

2) O papa deveria respeitar os costumes locais, no caso, as liberdades da Igreja Galicana;

3) Os decretos do Concílio de Constança continuavam valendo;

4) O papa não podia reformar nenhum princípio sem a aprovação anterior de toda Igreja.

A conseqüência imediata dessa divergência papa - imperador foi que o pontífice insurgiu-se contra os bispos de França que aprovaram aquela assembléia.

Com isso, negou-se o papa a nomear uma relação de futuros bispos franceses, cuja lista estava em suas mãos. Em pouco tempo, 36 dioceses estavam vagas. O imperador ordenou que os quatro artigos de 1682 fossem ensinados em caráter obrigatório nos seminários de Teologia. Só em 1693 a crise terminou, mas, durante o impasse, o papa esteve disposto a excomungar Luís XIV.

Inocêncio XII (1691-1700) nomeou os bispos e Luís XIV ordenou a retirada dos quatro artigos, o que na prática não aconteceu, pois a liberdade da Igreja Galicana fazia parte do pensamento católico na França.

Mudam as Idéias, a Igreja é Contestada

O humanismo renascentista fez explodir na Europa no século XVI uma corrente ateuísta que já existia na Europa desde a Idade Média. Refutavam qualquer religião, acreditavam na razão pura, cujo fim era a prática da virtude. Cientistas e filósofos, em princípios do século XVIII, desencadearam uma guerra contra a Igreja Católica. Voltaire (1694-1778),

grande escritor, límpido, espirituoso e elegante, e tantos outros intelectuais brilhantes colocaram a Igreja numa posição de ré. Deístas e ateístas adquirem muitos adeptos, pois, intelectualmente, a Igreja era batida pelas armas da erudição. A primeira enciclopédia (sec. XVIII), dicionário raciocinado do conhecimento científico, em seu escrito, atacava a cada passo a Igreja Católica.

Voltaire, Diderot, d'Alembert, Rousseau, eram entusiasticamente seguidos. Nessa época, a França, pela sua hegemonia intelectual, era seguida por todo o mundo. Os jesuítas que, na época, representavam os melhores quadros intelectuais da Igreja Católica, viviam graves antagonismo e com o poder político, pelo que representavam economicamente e até politicamente, pela influência enorme que exerciam nas metrópoles e nas áreas de colonização. A partir de 1750, os deístas com o apoio de aliados católicos, desafetos dos jesuítas, vão desencadear duros ataques contra os inicianos.

Os Jesuítas, Vítimas do Absolutismo

Os jesuítas, no âmbito da Igreja Católica, foram os que mais sofreram diante do poder absolutista monárquico.

Em 1770, a Companhia de Jesus congregava, em seus quadros, vinte e três mil membros. Fora da Europa, tinha duzentos e setenta e três postos de missionários. Além da América, atuaram na África e, na Ásia, até o Japão. O Catolicismo que, na Idade Média, condenou o lucro e a usura por serem formas materialistas de gozo secular, ainda no século XVIII teve contra si impingidos tais valores, especialmente no caso da Companhia de Jesus. No circuito do comércio ultramarino, os jesuítas auferiam grandes lucros com suas missões, que utilizavam mão-de-obra catecúmena indígena e exportavam drogas do sertão, fonte medicinal da farmacopéia da época, além de outros produtos primários, oriundos do criatório e do extrativismo. Evidente que os jesuítas, comercialmente, açularam o ódio concorrecial dos outros comerciantes.

Os próprios jesuítas, tão integrados estavam ao comércio que, freqüentemente, atacavam o monopólio comercial que os prejudicava, pois as concessões e monopólios eram as maiores características do sistema mercantilista da época.

Expulsão de Portugal

No caso de Portugal, os jesuítas foram vítimas do marquês de Pombal (1699-1782), ministro do rei D. José I, que estimulou a industrialização em seu país, estabeleceu o mercantilismo e perseguiu, de maneira implacável, a nobreza, a qual julgava um impedimento para a modernização e recuperação nacional. O próprio Pombal era um próspero comerciante, ligado a diversos monopólios e sentia a incomoda concorrência comercial dos inicianos. O papa Benedito XIV (1740-1758) recebeu de Pombal uma denúncia de que a Companhia era participante de empreendimentos comerciais, pois eles vendiam os produtos das missões criadas por eles no Paraguai e em outras regiões. O cardeal patriarca de Lisboa, Saldanha, dirigiu a sindicância que julgou a Companhia culpada. Sequer deu-lhe o direito de defesa. Nas próprias hostes eclesiásticas, os jesuítas sofriam oposição. Apesar de apelarem ao Papa contra o julgamento praticamente sumário, Pombal conseguiu, através de ardis e pressões junto ao Papa, manter a condenação.

Como o rei de Portugal fosse vítima de um atentado à bala por motivos não completamente esclarecidos, Pombal conseguiu implicar os jesuítas como mentores. Em janeiro de 1759, os jesuítas de Portugal foram presos e a maioria deportada. Como se instalasse uma crise com a Santa Sé, o embaixador português em Roma foi retirado. No ano seguinte, os jesuítas foram expulsos do Brasil. Suas propriedades foram confiscadas tanto na metrópole como no Brasil. Suas fazendas, aqui, foram entregues a administradores civis, famílias de contemplados, que passaram a explorá-las como propriedades privadas. Em algumas regiões do Brasil algumas missões foram entregues a outras ordens religiosas. Expulsos os jesuítas, a

situação dos índios piorou muito. Foram colocados sob direção de administradores civis que os arrendavam. Os arrendatários os usavam até a exaustão. Gorender (1978) cita que São Paulo tinha 400 aldeias com administradores civis e mais 4 mil nas outras capitânias.

Jesuítas Expulsos da França

Na França, os problemas que ocorriam, na época, com os jesuítas, também foram por motivo comercial. Mal sucedidos comercialmente na Martinica, sem poderem pagar os credores, foram acionados judicialmente. O Parlamento de Paris, tribunal de última instância, repleto de magistrados adversários dos jesuítas, os condenou a pagar e determinou uma investigação oficial nos estatutos e negócios da Companhia. Acabaram mais uma vez sendo condenados, em 1762, e responsabilizados como uma associação de criminosos, ímpios e blasfemos, cuja companhia devia ser suprimida. Luís XV resistiu, em princípio, mas depois, em 1764, muito pressionado extinguiu a existência legal da Companhia e transferiu para os bispos locais todos os seus membros. O papa Clemente XIII protestou e fez larga defesa dos jesuítas, chegando a publicar a bula *Apostolicum*, em 1765, enaltecendo a nobre ação dos inicianos para a Igreja e para a humanidade.

Expulsão dos Jesuítas da Espanha e da Itália

Na Espanha, onde a Companhia mais se expandiu devido às extensas colônias hispano-americanas, o motivo da expulsão foi o mais misterioso. O incidente que deflagrou a expulsão ocorreu no reinado de Carlos III (rei de 1759 a 1788) e que tinha Aranda como primeiro ministro. Déspota esclarecido tal como Pombal, praticamente governou no mesmo estilo pombalino. A alegação era que os Bourbons de Nápoles que, na época, dominavam o Sul da Itália, exerciam forte influência sobre o governo

de Madrid (também Bourbon) instigados pelos jesuítas. Feita uma sindicância sem direito de defesa, os inicianos foram condenados em 1767. Presos, foram repatriados para o papado. No mesmo ano, foram expulsos de Nápoles e, no ano seguinte, de Parma (também dominada pelos espanhóis).

A Supressão da Companhia pelo Papa

Como os Bourbons desde a Guerra de Sucessão da Espanha (1702 e 1713) se tornassem reis da Espanha, selou-se o “pacto de família” durante todo o século XVIII. Em quase todas as guerras desse século, Espanha e França lutaram juntas. Afora isso, os Bourbons de Espanha dominavam o Sul da Itália. Nos rincões centrais da Europa, imperava outra família poderosa e igualmente católica, os Habsburgos, do império Austro-Húngaro. Na Áustria, na Alemanha e na Sardenha (Itália), havia ainda dez mil jesuítas, que não eram pressionados pelos reis.

Carlos III, o mesmo que expulsou os jesuítas da Espanha, começou uma campanha contra o Papa, na época Clemente XIII (Papa de 1758 a 1769). Espanha, França e Nápoles, dominada pelos Bourbons, fazem, em conjunto, uma exigência oficial para que a Companhia fosse suprimida. Em 1769, os Bourbons ameaçam sitiá-la Roma, mas Clemente XIII resiste.

Mudam os Nomes, Acaba a Resistência

Nesse mesmo ano (1769), morre o Papa, sendo eleito o franciscano Lourenço Ganganelli, que recebeu o nome de Clemente XIV. Maria Teresa (rainha de 1740 a 1780) da Áustria, que manteve guerras contra a França de Luís XV, no período que vai de 1740 a 1748, talvez para não se indispor com os Bourbons, deixou de apoiar os jesuítas. O rei da Sardenha, que tinha simpatias pela Companhia, morreu. Clemente XIV, sentindo-se sozinho, cede. Os próprios Bourbons fizeram a minuta do decreto que

se transformou na bula *Dominus et Redemptor* (21-07-1773) que lavrou a sentença de morte da Companhia. As justificativas foram poucas e a principal era a de que não poderia haver paz, enquanto ela existisse.

Polônia

A Polônia partilhada entre a Áustria, Rússia e Prússia em 1772, foi novamente redividida em 1793 por imposição de Catarina II da Rússia, que se sentia lesada. A primeira partição, a de 1772, significou também, a supressão da Companhia nos territórios do outrora soberano estado eslavo.

A Igreja com o Déspota José II da Áustria

Enfim, na segunda metade do século XVIII, o poder soberano dos reis havia submetido o papado. Exemplo maior de desrespeito às determinações pontificiais foi dado pelo rei da Áustria José II (1741 – 1790), déspota esclarecido, filho da famosa Maria Teresa. A partir de 1780, após a morte de sua mãe, passou a governar sozinho com idéias filosóficas racionalistas que imperavam na época. Pretendia construir um estado liberal e moderno, porém bem centralizado administrativamente, sendo a Igreja um departamento de Estado, destinado a exercer a função de cuidar da moral social.

O *placet* do imperador passou a ser indispensável para que as ordens do Papa fossem executadas. Os bispos tinham de ser obedientes ao imperador, tal como o nosso D. Pedro I, se bem que este, no século XIX. Reestruturou a rede física de conventos e mosteiros. Fechou centenas deles. Suprimiu irmandades e as Ordens Terceiras. Centralizou toda arrecadação da Igreja, destinando as verbas de acordo com a administração régia.

Suprimiu igrejas, especialmente aquelas que considerou próximas entre si, abundantes à demanda

de fiéis. Fundou seminários destinados a preparar o pessoal religioso e cuidou, ele mesmo, das promoções nos quadros eclesiásticos. Escolhia diretores e professores dos seminários de formação clerical segundo critérios ideológicos liberais. Clérigos conservadores identificados com a autoridade papal não eram aproveitados. Até as cerimônias religiosas da missa, quantidade de velas acesas nos altares, hinos a serem cantados nas celebrações, foram regulados em decretos oficiais.

A tal ponto a ingerência do imperador era forte que a Igreja da Áustria corria o risco de se tornar uma Igreja nacional e oficial.

Em 1782 o papa Pio VI visitou Viena para tentar contornar o problema junto ao imperador. Depois de um mês de discussões, pouca coisa mudou na orientação de José II.

O pior de tudo é que José II passou a ser imitado por outros soberanos, especialmente na Espanha, Nápoles, Sardenha e Veneza. Os reis começaram a preencher as vagas episcopais sem aprovação do Papa. Os príncipes germânicos, especialmente o de Colônia, não aceitavam prelados com espírito episcopal. Advogavam, em manifesto, que se reconhecesse a Igreja da Alemanha independente de Roma.

Os próprios bispos, mais próximos dos imperadores que do Papa, passaram a pregar reformas que lhes dessem autonomia. Foi assim na Toscana, em Colônia e em outras regiões de Itália.

Conclusão

Durante o período absolutista, a Igreja Católica perdeu completamente a sua soberania. O absolutismo dos príncipes emasculou e escravizou a Igreja que não vivia mais para si, e sim, para o rei.

Os papas que viveram o auge do absolutismo, viram as suas hostes trocarem o princípio episcopal pelos decretos imperiais. A Revolução Francesa que viria para acabar com o poder absolutista dos príncipes, libertou a Igreja. O estado liberal,

implantado nas regiões católicas, consagrou no século XIX a separação Estado-Igreja, permitindo a ela renovar-se na busca da unidade religiosa e da indiscutível autoridade do Papa. A partir das revoluções liberais, a Igreja Católica já bem mais pobre, pois perdeu suas imensas riquezas para os estados nacionais formados, enriqueceu como instituição uniforme nos princípios da fé cristã, na hierarquia, na autonomia, na organização. Ganha hoje um respeito socialmente indiscutível como instituição de credibilidade na administração de nossa fé cristã.

Os jesuítas, cuja obra catecúmena constitui uma das mais heróicas páginas da Igreja Católica, cometeram o erro fatal de meter-se no comércio mercantilista. A revolução comercial que, desde o século XIII, vinha num crescente econômico fortalecendo a burguesia em aliança com o rei, atingiu seu auge no século XVI, das grandes navegações e descobrimentos. Plantadas no Novo-Mundo, do Canadá à Terra do Fogo, evangelizaram criando reduções de índios que produziam muito mais que a mera subsistência. Transformando-se numa empresa econômica exportadora, passam a disputar mercados externos que não eram ainda comercialmente livres. O mercantilismo se organizou como sistema econômico de concessões, monopólios, pacto colonial, metalismo, companhias de comércio formadas por centenas de sócios e que tinham também o rei como associado. Disputavam os mercados não pela eficiência e competitividade, mas pela guerra. Companhias levantinas, das Índias Orientais, africanas e das Índias Ocidentais, vão disputar ferreamente os mares, as terras descobertas e os novos produtos oriundos dos trópicos. Se pudéssemos fazer uma analogia, diríamos que o sistema mercantilista, rigidamente organizado em áreas fechadas, se parece muito com o tráfico de drogas, disputado com sangue e violência. O fruto do mercantilismo foi a guerra. A Europa viveu 200 anos de guerra por motivos econômicos, decorrentes das restrições mercantis e, nessas guerras, os jesuítas se encontram entre os que sucumbiram.

Bibliografia

01. BLOCH, March. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
02. CROSSAN, John Dominic. **O Jesus Histórico**. Rio de Janeiro: Imago, 1976
03. ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a Essência das Religiões**. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1986.
04. FUERBACH, Ludwig. **A Essência do Cristianismo**. Campinas: Papyrus, 1988
05. GALBRAIGH, J. Kenneth. **Anatomia do Poder**. São Paulo: Pioneira, 1984.
06. HIBBERT, Christopher. **Ascensão e Queda da Casa dos Médici**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
07. LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
08. MOSCA, G. **História das Doutrinas Políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
09. VEGHES, Philip. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Dominus Editora, 1962.